

NOME: Catarina Isabel Feitor Simões

MESTRADO EM: Ciência Política

ORIENTADOR: Professora Auxiliar com Agregação Doutora Paula Espírito Santo

DATA: 2019

TÍTULO DA TESE: Funcionalidades da regulação da cobertura jornalística em período eleitoral em Portugal: estudo comparativo das eleições legislativas de 2011 e 2015

O presente estudo trata das funcionalidades da regulação da cobertura jornalística em período eleitoral em Portugal, designadamente, as eleições legislativas de 2011 e 2015. Responde-se à questão de partida: como é que o novo regime jurídico, a Lei n.º 72-A/2015, que regula a cobertura jornalística em período eleitoral, se adequa ao contexto nacional dos órgãos de comunicação social? Durante 40 anos vigorou legislação criada em 1975, de cariz pré-constitucional, que regulou a cobertura jornalística em período eleitoral. Trata-se de matéria sensível no plano político e complexa no escopo jurídico que põe em conflito direitos de igual dignidade constitucional — liberdade de imprensa e meios de comunicação social e igualdade de oportunidades e tratamento das diversas candidaturas eleitorais. Neste estudo apreciam-se as intervenções da CNE e da ERC sobre o tratamento jornalístico discriminatório; a recusa dos OCS realizarem a cobertura do período eleitoral; as chamadas de atenção pelo Presidente da República, Tribunais Superiores, Provedor de Justiça e partidos políticos. A abordagem metodológica seleccionada é de âmbito qualitativo, com recurso preferencial à pesquisa documental e à entrevista, como técnicas de recolha de dados aplicando-se a análise interpretativa. São identificadas e analisadas as funcionalidades do novo regime jurídico que regula a cobertura jornalística em período eleitoral. Aponta-se no sentido da necessidade de actualização do quadro legal, no qual, a liberdade editorial é instituída como o principal preceito, em detrimento da igualdade de oportunidades e tratamento das diversas candidaturas a eleições.

Palavras Chave: partidos políticos, cobertura jornalística, regulação, eleições legislativas, igualdade de oportunidades e tratamento das candidaturas eleitorais.